

LÍNGUA PORTUGUESA

Há salvação para o ensino público

1 O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disponível desde
2 ontem na página do Ministério da Educação na internet, evidencia o grau de
3 degradação a que chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores
4 notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil
5 melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que
6 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais.
7 Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, os governantes
8 deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar
9 que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia.

10 Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao
11 ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à
12 qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio. Já se tornou tristemente
13 comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos
14 mais complexos ou mesmo fazer as quatro operações aritméticas. Num mundo cada
15 vez mais marcado pelo avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o
16 Brasil segue na contramão, embora tenha bons exemplos a mirar.

17 Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino (que, aliás,
18 domina a lista do Enem, com 905 entre os mil estabelecimentos com notas mais
19 altas). Há boas escolas públicas no nível fundamental, conforme revelou o estudo
20 'Aprova Brasil – O direito de aprender'. [...]

21 De acordo com o estudo, os projetos pedagógicos com melhores resultados
22 são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade. Ou seja, a chave
23 do sucesso não está necessariamente relacionada à qualidade da infraestrutura nem
24 à disponibilidade de recursos. Algumas escolas montaram bem-sucedidos programas
25 de leituras sem terem biblioteca. [...] Mais importante ainda: embora os colégios
26 analisados estivessem situados em diferentes contextos socioeconômicos, tinham
27 algo em comum: professores empenhados e capacitados, estabilidade do corpo de
28 funcionários administrativos e forte apoio dos pais, principalmente na fiscalização da
29 frequência, no controle das lições de casa e até na confecção de lanches.

30 Portanto, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de
31 medidas simples e baratas – bastando, para isso, vontade política e orientação. Mas
32 não há mais tempo a perder.

<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/04/29/e290424712.asp>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

01. O propósito comunicativo do texto é, sobretudo,

- (A) criticar a realização das avaliações do ENEM.
- (B) incitar o leitor a lutar em defesa da escola pública.
- (C) mostrar que a educação pública no Brasil pode melhorar.
- (D) descrever, com detalhes, o sistema de ensino na educação básica.

02. Os resultados do ENEM revelam que

- (A) as escolas da rede pública apresentam uma atuação medíocre.
- (B) a maioria dos estudantes do nível médio pertence às escolas estaduais.
- (C) o Brasil venceu o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental.
- (D) os estabelecimentos de ensino da rede particular têm um desempenho inexpressivo.

03. Há uma estratégia concessiva na seguinte passagem do texto:

- (A) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4).
- (B) “Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais” (linhas 5-6).
- (C) “os governantes deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia” (linhas 7-9).
- (D) “Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio” (linhas 10-12).

04. Com base no contexto lingüístico, pode-se depreender que o vocábulo *iliteracia* (linha 9) significa

- (A) instrução.
- (B) qualidade de literário.
- (C) qualidade do que é literal.
- (D) condição ou estado de iletrado.

05. Entre os motivos que explicam o sucesso de certas escolas públicas de nível fundamental, são citados no texto o(a)

- (A) inovação tecnológica e programas de leituras.
- (B) apoio dos pais e a presença de professores capacitados.
- (C) disponibilidade de recursos e a fiscalização da frequência.
- (D) qualidade da infraestrutura e projetos pedagógicos criativos.

06. Nos enunciados “**Portanto**, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de medidas simples e baratas” (linhas 30-31) e “**Mas** não há mais tempo a perder” (linhas 31-32), as palavras destacadas em negrito expressam, respectivamente :

- (A) explicação e adição.
- (B) restrição e conclusão.
- (C) conclusão e oposição.
- (D) consequência e explicação.

07. Quanto às noções de sintaxe, é **correto** afirmar que

- (A) a oração “concedendo total prioridade à educação” (linha 8) expressa modo.
- (B) o pronome “que” em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18) exerce a função de objeto.
- (C) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4) é uma oração sem sujeito.
- (D) “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14) é um período composto por coordenação.

08. Quanto aos fatos gramaticais da língua, pode-se afirmar que o(a)

- (A) mudança da posição do adjetivo em “bons exemplos a mirar” (linha 16) altera o sentido da expressão.
- (B) pronome “os”, em “são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade” (linha 22), refere-se a “resultados”.
- (C) vocábulo “aliás”, em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18), poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “a propósito”.
- (D) conjunção “já” em “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14), é empregada com valor alternativo.

09. A relação de idéias existente entre os enunciados

“Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino” (linha 17)

e “Há boas escolas públicas no nível fundamental” (linha 19),

poderia ser explicitada por meio do conectivo

- (A) “porém”.
- (B) “portanto”.
- (C) “enquanto”
- (D) “visto que”.

10. Observe o documento abaixo:

Maria Auxiliadora Sena da Silva, professora de Ciências deste estabelecimento de ensino, vem mui respeitosamente solicitar a V. S.^a os incentivos a que tem direito por ter concluído o Curso de Especialização em Biologia, no dia 16 de maio de 2009.

Trata-se do fragmento de um

- (A) aviso.
- (B) ofício.
- (C) memorando.
- (D) requerimento.

LEGISLAÇÃO

11. De acordo com a Lei N. 587 de 13 de junho de 2005, os Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal de Xinguara perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados com base nos seguintes percentuais:

- (A) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade, sobre o valor recebido a título de gratificações recebidas.
- (B) dez, vinte e trinta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.
- (C) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de periculosidade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de insalubridade.
- (D) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.

12. No recebimento da gratificação natalina pelo servidor municipal de Xinguara

- (A) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
- (B) a fração igual ou superior a 20 (vinte) dias será considerada como mês integral.
- (C) será considerada como base de cálculo as demais vantagens pecuniárias recebidas.
- (D) será paga até o dia 15 (quinze) do mês de dezembro de cada ano.

13. Por reversão entende-se:

- (A) a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- (B) a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento base, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade, em cargo de natureza e padrão correspondente ao que ocupava.
- (D) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

14. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á

- (A) a pedido do servidor, ou de ofício.
- (B) a pedido do servidor requerente de abertura de processo administrativo disciplinar.
- (C) mediante solicitação da Secretaria onde o servidor estiver lotado.
- (D) somente por ofício do chefe imediato do servidor exonerado.

15. Vencimento é

- (A) o acúmulo das vantagens pecuniárias permanentes percebidas pelo servidor.
- (B) a retribuição pecuniária calculada a partir da quantidade de salários mínimos percebidos pelo servidor.
- (C) a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- (D) o salário mínimo mensal percebido pelo servidor.

16. As diárias percebidas pelo servidor municipal constituem

- (A) remuneração.
- (B) indenização.
- (C) salário.
- (D) gratificação adicional.

17. Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação, pelo seu exercício, de

- (A) até 50% (cinquenta por cento).
- (B) no mínimo 50% (cinquenta por cento).
- (C) até 30% (trinta por cento).
- (D) até 80% (oitenta por cento).

18. O valor da contribuição para a Previdência Social do servidor municipal, será sempre fixado por

- (A) decreto legislativo municipal.
- (B) lei municipal.
- (C) lei estadual.
- (D) lei federal.

19. A demissão do servidor é

- (A) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.
- (B) a exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor, ou de ofício.
- (C) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório somente nos casos requeridos de ofício pelo próprio servidor.
- (D) a dispensa do cargo de confiança para o qual foi designado decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

- 20.** A posse do servidor no cargo público ocorrerá no prazo de
- (A) 30 (trinta) dias contados da aprovação em concurso público.
 - (B) 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
 - (C) 30 (trinta) dias após o encerramento do estágio probatório.
 - (D) pelo menos 06 (seis) meses de declaração de vacância de algum cargo público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre a Pedagogia tradicional, é correto afirmar que:

- (A) é uma proposta de educação centrada no professor, cuja função se define como a de vigiar e aconselhar os alunos, corrigir e ensinar a matéria.
- (B) a função primordial da escola, nesse modelo pedagógico, é primar pela formação integral, holística e cidadã do aluno e de todos os envolvidos no processo de aprendizagem.
- (C) os conteúdos do ensino correspondem aos conhecimentos e valores sociais construídos na prática social vivenciada pelos agentes concretos da aprendizagem em ação.
- (D) as metodologias de ensino das aulas ministradas buscam estabelecer relação entre os conteúdos que se ensinam e os interesses dos alunos.

22. De acordo com a Resolução 03/05 do Conselho Nacional de Educação, a organização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e da Educação Infantil adotará a seguinte nomenclatura:

- (A) Nível de Ensino: Educação Pré Escolar; Faixa etária prevista: até 6 anos de idade e Nível de Ensino: Ensino Básico Fundamental; Faixa Etária Prevista: Anos iniciais de 6 a 10 anos de idade e anos finais de 11 a 14 anos de idade; Duração: 9 anos
- (B) Modalidade escolar de ensino: Educação Infantil; Faixa etária prevista: até 5 anos de idade e Modalidade escolar de Ensino: Ensino Fundamental; Faixa Etária Prevista: Anos iniciais de 6 a 10 anos de idade e anos finais de 11 a 14 anos de idade; Duração: 9 anos
- (C) Ciclo de ensino: Educação Pré Escolar; Faixa etária prevista: até 5 anos de idade e Ciclo de Ensino: Ensino Fundamental I; Faixa Etária Prevista: Anos iniciais de 6 a 10 anos de idade e anos finais II de 11 a 14 anos de idade; Duração: 9 anos
- (D) Etapa de ensino: Educação Infantil; Faixa etária prevista: até 5 anos de idade e Etapa de Ensino: Ensino Fundamental; Faixa Etária Prevista: Anos iniciais de 6 a 10 anos de idade e anos finais de 11 a 14 anos de idade; Duração: 9 anos

23. A Constituição Federal, em seu artigo 212, diz que:

- (A) A União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dezoito por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.
- (B) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados doze por cento e o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.
- (C) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal doze por cento e os Municípios vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.
- (D) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.

24. A relação amistosa entre o professor e seus alunos é importante para o aprendizado discente porque

- (A) o aluno precisa ter alguém do seu lado que o perceba nos diferentes momentos da aprendizagem e que lhe responda de forma a ajudá-lo a evoluir no processo com autonomia.
- (B) o professor é quem irá direcionar o processo de construção cognitiva dos alunos, já que possui mais capacidade de perceber o que é melhor para eles a partir de suas experiências e de sua visão de mundo.
- (C) o aluno, como uma verdadeira “tábula rasa” precisa da intervenção do professor para que consiga pensar por si próprio.
- (D) essa relação deve reproduzir os valores de gerações passadas já consolidados como cultura universal e imprescindível ao desenvolvimento humano.

25. Constituem Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

- (A) Ética, Natureza, Pluralidade Cultural, Saúde e Educação Sexual.
- (B) Meio Ambiente, Diversidade Cultural, Saúde, Desemprego e Educação Sexual.
- (C) Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Educação Sexual.
- (D) Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Desemprego, Saúde e Educação Sexual

26. A Constituição Federal, em seu artigo 213, trata do direcionamento dos recursos públicos às escolas e diz que:

- (A) Os recursos públicos serão destinados exclusivamente para instituições públicas e para organizações não governamentais que realizem formação escolar.
- (B) Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.
- (C) Os recursos públicos serão destinados a estabelecimentos de ensino públicos e privados, dependendo das necessidades de formação escolar do ente federativo em questão.
- (D) Os recursos públicos serão destinados prioritariamente a escolas públicas, podendo incrementar orçamento das instituições privadas por meio da concessão de bolsas de estudo.

27. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- (A) a carga horária mínima será de oitocentas horas semestrais, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (B) a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de cento e oitenta dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (C) a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (D) a carga horária máxima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

28. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, as escolas deverão estabelecer, dentre os eixos norteadores de suas ações pedagógicas, o seguinte:

- (A) os princípios ético da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.
- (B) a organização de um currículo nacional oficial, que contenha as questões mais importantes na formação do jovem cidadão.
- (C) a preparação para o trabalho técnico e profissional que favoreça e facilite a inserção do egresso do nível fundamental no mercado de trabalho como estagiário aprendiz.
- (D) a organização de sistemas de ensino a partir de eixos curriculares e conteúdos comuns.

29. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, fazem referência ao artigo 208 da Constituição Federal no que se refere ao princípio da inclusão, normatizando que

- (A) o atendimento a portadores de deficiência será efetivado por meio de metodologias de assistência itinerantes nas escolas públicas.
- (B) é vedada a criação de programas especializados de atendimento aos portadores de deficiência na rede pública de ensino.
- (C) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, dar-se-á preferencialmente na rede regular de ensino.
- (D) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será efetivado prioritariamente, em postos de saúde, podendo também ser oferecido em estabelecimentos escolares.

30. No complexo normativo educacional atual, a Educação de Jovens e Adultos – EJA – é concebida como:

- (A) apêndice do sistema educacional brasileiro, destinada àqueles que necessitam ingressar no mercado de trabalho formal, mas que não possuem formação específica para tal.
- (B) etapa supletiva da educação básica, destinada a corrigir situações de distorção idade-série das pessoas que não tiveram oportunidade escolar na idade adequada.
- (C) etapa supletiva da educação superior, destinada a complementar a formação escolar dos que a ela não tiveram acesso na idade adequada.
- (D) modalidade da educação básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.